



DIVULGAÇÃO/INCRA-PR

A Comunidade Córrego do Franco vive da agricultura familiar

Incra reconheceu novo território quilombola em cidade paranaense

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu oficialmente o território quilombola Córrego do Franco, no município de Adrianópolis, no Paraná. A Portaria nº 2.065, publicada no Diário Oficial da União (DOU) na última semana, declarou como terras da comunidade uma área de 1,9 mil hectares. O ato administrativo estabelece os limites territoriais ocupados tradicionalmente e integra a regularização fundiária da comunidade. A próxima etapa prevê a instrução do processo para publicação de decreto presidencial de interesse social dos imóveis particulares existentes na área. O estudo territorial do Incra cadastrou 53 famílias quilombolas no local, que mantêm atividades de agricultura familiar, práticas tradicionais e vínculos culturais com o território. A comunidade integra o Vale do Ribeira.

UFSC participa de intercâmbio na China

Nove estudantes de pós-graduação e o professor Dachamir Hotza, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participam de uma missão acadêmica na Beihang University, em Hangzhou, na China. A atividade ocorre até 7 de agosto e integra o Programa Brasil-China de Líderes em Inovação Científica e Tecnológica, promovido pela Capes em parceria com o Centro Beihang-Brasil. A programação inclui pesquisa, inovação, intercâmbio cultural, palestras, cursos e atividades em laboratórios da instituição chinesa.



DIVULGAÇÃO/UFSC

Catarinenses estão conhecendo laboratórios e novas formações

RS retoma visitas próximas à foco de gripe aviária

As visitas às propriedades rurais no raio de 10 quilômetros do foco de influenza aviária de alta patogenicidade (Iaap), em Coqueiros do Sul (RS), foram retomadas após suspensão causada pelas chuvas. Cerca de 98% das áreas de vigilância já foram vistoriadas pelo Serviço Veterinário Oficial do Rio Grande do Sul (SVO-RS), que orienta produtores e verifica medidas de prevenção. A ação integra o monitoramento após a confirmação da doença em aves de subsistência no município no último dia 17. As equipes seguem no local.

Bagé terá primeiro Centro de Parto Normal do RS

A prefeitura de Bagé (RS) autorizou o início da construção do 1º Centro de Parto Normal do Rio Grande do Sul. A unidade atenderá gestantes no trabalho de parto, parto, puerpério e recém-nascidos de risco habitual. A obra será feita na região central pela empresa Energy Energia Sul Serviços de Energia Ltda., com prazo de 12 meses. O investimento é de R\$ 4,39 milhões, com recursos federais e contrapartidas municipais.

Segurança viária

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) de Porto Alegre (RS) ampliará, a partir de hoje (27), o monitoramento eletrônico do avanço do sinal vermelho e do excesso de velocidade em mais três cruzamentos. A medida integra ações voltadas à redução de sinistros de trânsito em pontos com maior concentração de ocorrências.

Desafio de judô

Blumenau (SC) sediará o Desafio Internacional Brasil x Alemanha de Judô no próximo dia 30, às 19h, no Boulevard Spaten Garten, no Parque Vila Germânica. Após oito anos, a competição retorna ao calendário da Confederação Brasileira de Judô (CBJ), com promoção da CBJ e o apoio da Federação Catarinense de Judô e da prefeitura municipal.

De volta ao Centro

A prefeitura de Curitiba (PR) recebeu 47 propostas para o primeiro edital de subvenção econômica do programa de Volta ao Centro. As iniciativas somam R\$ 268 milhões em investimentos previstos. Desse total, 21 propostas contemplam intervenções globais em imóveis e 20 têm foco em comércio ativo, segundo um levantamento municipal.

Contra as cheias

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) de Porto Alegre (RS) decidiu manter abertas as comportas do sistema de proteção contra cheias. A autarquia segue acompanhando os dados divulgados para avaliar as condições. Caso seja necessário mudar a operação, o protocolo será acionado e a população será informada pelos canais oficiais.

Transferência da capital

A 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) realizará sessão presencial itinerante em São Francisco do Sul (SC), no dia 11 de agosto, às 14h, no Salão do Júri da comarca. A atividade integra a programação da transferência simbólica da capital catarinense para o município, prevista em lei estadual e realizada anualmente.

Economia de tempo

Nos últimos três meses, a Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba (PR) reduziu o tempo médio de tramitação dos processos de 182 para 97 dias. A mudança ocorreu após a reestruturação iniciada em maio, com revisão de fluxos, redistribuição de tarefas e monitoramento das equipes.



Durante cerca de 20 anos, moradores conviveram com os impactos de um lixão

MP amplia ações para gestão de resíduos no Paraná

Programa reúne municípios para acelerar coleta seletiva e fechar lixões

O programa MP em Movimento, do Ministério Público do Paraná (MPPR), tem impulsionado medidas para fortalecer a gestão de resíduos sólidos em municípios do Norte do estado. Balanço divulgado pela instituição aponta avanços na desativação de lixões, ampliação da coleta seletiva, organização da reciclagem e adoção de soluções para adequar a destinação dos resíduos às exigências da legislação ambiental. As iniciativas são conduzidas pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo em parceria com gestores municipais e órgãos ambientais.

Entre os resultados apresentados está a desativação de um lixão a céu aberto em Faxinal, utilizado por cerca de duas décadas. Após o encerramento das atividades no local, o município passou a estruturar a coleta seletiva, reorganizar o sistema de reciclagem e elaborar um projeto para implantação de aterro sanitário. As ações integram um conjunto de compromissos assumidos pelos gestores após reuniões promovidas pelo MP em Movimento para orientar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Outro município que registrou mudanças foi

Jataizinho. A administração encerrou o funcionamento do antigo lixão, implantou a coleta seletiva, colocou em operação uma cooperativa de recicladores e passou a destinar os resíduos urbanos para tratamento ambientalmente adequado por meio de serviço terceirizado. A cooperativa reúne trabalhadores que passaram a atuar na separação e comercialização de materiais recicláveis, ampliando a destinação correta dos resíduos gerados na cidade.

Segundo o MPPR, os resultados decorrem de articulações iniciadas durante encontro realizado pelo programa em 2025, que reuniu representantes de municípios da região, órgãos ambientais e integrantes do Ministério Público para discutir soluções voltadas ao encerramento de lixões e à melhoria dos sistemas municipais de limpeza urbana. O acompanhamento das medidas ocorre de forma contínua, com monitoramento das metas. O Ministério Público destaca que a atuação busca estimular o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, reduzir os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada de resíduos e incentivar a ampliação da coleta seletiva.